

# Sumário

Nota explicativa . . . . .	17
<b>1. Processo de execução criminal (PEC)</b> . . . . .	19
1.1. Processo de Execução Criminal Provisório (PEC Provisório) . . . . .	21
<b>2. Competência</b> . . . . .	23
2.1. Juízo da Execução . . . . .	23
2.2. Condenação imposta pela Justiça Federal . . . . .	24
2.3. Matéria Jurisdicional . . . . .	24
2.4. Matéria administrativa . . . . .	25
2.5. Limites da competência . . . . .	25
<b>3. Classificação – individualização da pena</b> . . . . .	27
<b>4. Assistência e direitos do preso</b> . . . . .	30
4.1. Assistência à saúde . . . . .	30
4.2. Assistência jurídica . . . . .	31
4.3. Assistência material . . . . .	31
4.4. Assistência educacional . . . . .	32
4.5. Assistência religiosa . . . . .	34
4.6. Direito à visita . . . . .	35
4.7. Visitas íntimas . . . . .	39
4.8. Sugestão para a concretização de direitos . . . . .	39
<b>5. Detração</b> . . . . .	41
5.1. Detração própria . . . . .	41
5.2. Detração imprópria . . . . .	42
<b>6. Remoção ou transferência</b> . . . . .	44
<b>7. Trabalho do preso</b> . . . . .	46
7.1. Considerações gerais . . . . .	46
7.2. Trabalho interno . . . . .	46
7.3. Destinação da remuneração. Pecúlio. Liberação . . . . .	47
7.4. Trabalho externo . . . . .	47
7.5. Competência . . . . .	48

7.6. Cumprimento mínimo de 1/6 da pena .....	49
7.7. Revogação do trabalho externo .....	49
<b>8. Remição .....</b>	<b>51</b>
8.1. Natureza jurídica .....	51
8.2. Perda do direito ao tempo remido .....	51
8.3. Trabalho durante prisão provisória .....	53
8.4. Trabalho externo .....	54
8.5. Trabalho no regime aberto .....	54
8.6. Estudo interno e externo .....	55
8.7. Trabalho na prisão domiciliar .....	56
8.8. Cumulativa (trabalho e estudo) .....	57
8.9. Ficta. Impossibilidade de trabalhar .....	57
8.10. Domingos e feriados .....	57
8.11. Trabalho exercido durante cumprimento de pena ou prisão provisória por crime anterior .....	58
8.12. Trabalho do internado .....	58
<b>9. Soma e unificação das penas .....</b>	<b>59</b>
9.1. Data-base .....	59
9.2. Condenações no mesmo processo ou em processos distintos .....	60
9.3. Condenação superveniente .....	61
9.4. Crime posterior ao início do cumprimento da pena. Cálculo e definição do regime .....	61
9.5. Crime anterior ao início do cumprimento da pena. Cálculo e definição do regime .....	62
9.6. Penas definitiva e provisória .....	63
9.7. Pena superior a 30 (trinta) anos .....	63
9.7.1. Tempo a cumprir. Regime e contagem dos prazos para benefícios .	64
9.8. Concurso de infrações (art. 76 do CP) .....	65
9.9. Exemplos de soma das penas, sobrevivendo condenação .....	66
9.9.1. Crime anterior ao início do cumprimento da pena .....	66
9.9.2. Crime praticado no curso do cumprimento da pena, sem solução de continuidade (crime cometido no cárcere) .....	66
9.9.3. Crime praticado no curso do cumprimento de pena provisória, sem solução de continuidade (crime cometido, por exemplo, durante saída temporária) .....	66
9.9.4. Crime praticado após o início do cumprimento da pena, com solução de continuidade (crime cometido durante período de fuga) .....	67
9.9.5. Crime posterior ao início do cumprimento da pena limitada a 30 anos. Nova unificação .....	67

9.9.6. Crime praticado durante livramento condicional. Pena limitada a 30 anos. Nova unificação .....	67
<b>10. Unificação das penas e continuidade delitiva .....</b>	<b>69</b>
<b>11. Disciplina .....</b>	<b>73</b>
11.1. Considerações gerais .....	73
11.2. Princípio da legalidade ou da reserva legal .....	75
11.3. Poder disciplinar e procedimento .....	75
11.4. Falta grave .....	77
11.5. Aplicação das sanções .....	78
11.6. Regime disciplinar diferenciado .....	80
11.7. Prescrição da falta disciplinar. Extinção da punibilidade .....	83
<b>12. Autorizações de saída .....</b>	<b>86</b>
12.1. Permissão de saída .....	86
12.2. Saída temporária .....	87
12.2.1. Saída temporária automatizada .....	90
12.2.2. Saída para procura de trabalho .....	92
12.2.3. Revogação do benefício .....	93
<b>13. Progressão de regime .....</b>	<b>95</b>
13.1. Requisitos .....	95
13.2. Cumprimento de ao menos 1/6 da pena no regime anterior .....	99
13.3. Progressão após regressão de regime .....	99
13.4. Crimes hediondos e equiparados .....	101
13.5. Lei 11.464, de 29/3/2007 .....	102
<b>14. Regressão de regime .....</b>	<b>105</b>
14.1. Prática de fato definido como falta grave .....	109
14.2. Prática de fato definido como crime doloso .....	111
14.3. Condenação por crime anterior .....	113
14.4. Transferência do regime aberto .....	113
14.4.1. Frustração dos fins da execução .....	113
14.4.2. Não pagamento da multa cumulativa .....	114
<b>15. Regime aberto. Prisão domiciliar .....</b>	<b>115</b>
15.1. Regras .....	115
15.2. Condições .....	116
15.3. Prisão domiciliar .....	117
<b>16. Livramento condicional .....</b>	<b>127</b>
16.1. Requisitos objetivos .....	127
16.2. Requisito subjetivo .....	128
16.3. Livramento condicional e princípio da progressividade .....	130
16.4. Revogação .....	131

16.4.1. Revogação obrigatória .....	131
16.4.2. Revogação facultativa .....	134
16.4.3. Efeitos da revogação .....	135
16.5. Suspensão .....	138
16.6. Extinção da pena privativa de liberdade .....	139
16.7. Reativação da pena .....	140
<b>17. Conversões da pena privativa de liberdade .....</b>	<b>142</b>
17.1. Em restritiva de direitos .....	142
17.2. Em medida de segurança .....	144
17.3. Isenção do pagamento da multa .....	146
<b>18. Interdição de estabelecimentos penais .....</b>	<b>148</b>
<b>19. Inspeção e apuração de responsabilidade .....</b>	<b>150</b>
<b>20. Procedimento e recurso .....</b>	<b>152</b>
Índice alfabético-remissivo .....	155